TL3903

1. Conversações Portugal - Indonésia: significado e antecedentes

Um conjunto de indícios, que se têm vindo a acumular ao longo dos últimos meses, evidenciam uma vontade política por parte quer da Indonésia, quer de Portugal de chegarem a um acordo político.

Esses indícios manifestam-se a três níveis:

- a nível governamental português;
- a nível de outras forças políticas portuguesas;
- a nível de certas potências.

Vejamos o primeiro nível. Os factos:

- Encontros ao mais alto nível mantidos em silêncio (jantar de Jaime Gama com o seu homólogo indonésio em Nova Iorque);
- Pacificação de atitudes face à Indonésia (resposta de Jaime Gama ao convite para Portugal se deslocar como observador à reunião dos ministros da Informação em Djakarta; conversa do embaixador Fernando Reino com Mons. Martinho Lopes em Genebra, durante a sessão da Comissão dos Direitos do Homem nas N.U. aconselhando-o a usar moderação para com a Indonésia).

- Um conjunto de declarações do poder português visando justificar a sua "brandura" e inoperância perante a agressão indonésia: é o caso das declarações de Mário Soares queixando-se de falta de informações fiáveis sobre a situação em Timor, esquecendo assim o testemunho da Amnistia Internacional, da C.V.I., dos refugiados timorenses, de membros da Igreja e outros, de personalidades da própria Indonésia, etc; é também o caso das declarações produzidas por vários membros do Governo com o fim de fazer crer que sendo Portugal um país pequeno no jogo internacional e estratégico, e estando o conflito aparentemente internacionalizado, nada se poderá fazer que não seja ir a reboque da Indonésia ou de uma hipotética iniciativa do Secretário-Geral da ONU. Pelo mesmo motivo é ignorado o significado e importância das conversações de 23 Março 83.
- Recusa em reconhecer a Fretilin, com o objectivo evidente de criar entraves à aplicação de um plano de paz em que o povo de timor participe como ponto central através do seu único representante possível.

- Desperdício de oportunidades oferecidas a nível internacional (carta dos congressistas norte-americanos,...) para pôr em causa a Indonésia;
- Conivência no "esquecimento" da Comissão Eventual da Assembleia da República;
- Ignorância e/ou desprezo de informações sobre a situação no interior (desde as que digam respeito ao espezinhar dos mais elementares direitos humanos pela Indonésia até aos que dizem à actividade de luta e resistência da Fretilin - vide conversações do 23 de Março de 1983).

A actual orientação do poder português para a questão de Timor Leste não pode ser encarada como resultado de um facto consumado que seria a invasão, colocando-se Portugal como um país passivo e inoperante, desde o início, perante a agressão indonésia. Pelo contrário, a política actual encontra raízes nas atitudes tomadas desde 1974; ilustram os seguintes factos (entre outros de menor importância ou clareza probatória):

- os órgãos portugueses de poder desde Junho de 1974 receberam inúmeros relatórios provenientes de Timor Leste nos quais se dava conta das verdadeiras intenções e agressividade da Indonésia. Nenhuma medida foi tomada.
- Em 14 e 15 de Outubro 1974 realiza-se um encontro em Lisboa entre representantes indonésios e portugueses. Daqui saíram 4 conclusões claras:

1) a independência era inviável, pelo que Timor Leste só poderia ser português ou indonésio.

2) trata-se de um problema que podia ser resolvido entre a Indonésia e Portugal (ou seja, era posta de lado a consulta ao povo de Timor e a intervenção da ONU).

3) a Indonésia apoiaria Portugal na ONU para a defesa desta tese.

4) Portugal não negou a hipótese de integração de Timor Leste na Indonésia.

- Assim se compreende que em Dezembro 1974 o ministro da Coordenação Inter-territorial, Almeida Santos, tenha afirmado na ONU a impossibilidade de independência para Timor-Leste.

- Finalmente, em 9 Março 75 realiza-se em Londres, com carácter secreto, um encontro de delegações indonésia e portuguesa. Neste encontro seria definitivamente assente o curso dos acontecimentos. No final da reunião Portugal precisou a sua posição vincando as seguintes 3 ideias básicas:

1) Portugal e a Indonésia mantêm a afirmação de que o respeito pela vontade do povo de Timor é importante. Todas as acções a desenvolver devem respeitar este principio, na aparência, e manter-se ao abrigo de criticas internas e externas.

2) Portugal nada fará para dificultar a integração de Timor Leste na Indonésia, à qual, por sua vez, compete, para atingir os seus objectivos, apoiar a Apodeti e adquirir interesses económicos no território. Portugal compromete-se a não denunciar estas manobras.

3) Portugal nada fará para que uma das opções seja a manutenção da ligação de Timor Leste à potência administrante. Pelo contrário, prosseguirão os contactos a nivel de embaixador ou governamental para alimentar a associação de Timor à Indonésia.

As autoridades militares portuguesas registam nos seus relatórios o prosseguimento de conversações secretas, pelo menos até à invasão, mas não foi possivel colher provas do seu conteúdo. Entretanto, para garantir o compromisso de Portugal perante a opinião pública, o ministro Almeida Santos, que participara nas conversações secretas, continuou a produzir declarações afirmando o direito à autodeterminação e o respeito pela vontade do povo maubere, garantindo que a Indonésia não tinha ambições territoriais, negando a possibilidade de negociar com as associações politicas timorenses e afirmando, antes mesmo da invasão, que Timor não era um problema da responsabilidade de Portugal mas sim do âmbito internacional.

Como se vê, de 1975 até hoje existe uma continuidade e coerência de orientação politica. Apenas se pode concluir que o actual governo faz questão em honrar os compromissos assumidos há 9 anos perante a Indonésia.

Estes são os factos que caracterizam a atitude portuguesa ao nivel governamental.

Vejamos o segundo nível. Os factos:

- Recrudescer da actividade do GATimor, subsidiário do CDS (colóquio no Hotel Roma)

- Intensa actividade de auto-promoção de M. Tilman (entrevista ao D.N. sobre encontro em Hong Kong com autoridade indonésia)

- Editoriais e artigos vários carpindo o martirizado povo maubere e esquecendo que ele só o é porque resiste.

Por outro lado constitui neste momento uma incógnita os passos que o Sec. Geral da ONU está a dar, ou a pensar dar, para elaborar o seu relatório. Este conjunto de questões por definir tornam difícil a adopção de uma tática face à próxima AG, nomeadamente no que diz respeito às vantagens ou desvantagens de um novo adiamento da votação sobre o problema.

Uma questão, porém, aparece clara: o reconhecimento da Fretilin por parte do governo português representaria pôr em causa os acordos secretos com a Indonésia e a garantia de eficiência política na batalha diplomática, necessária ao inverter da relação de forças.

A questão central não é recusar as conversações ou a sua necessidade mas exigir que o povo maubere também esteja presente e em pé de igualdade com as restantes delegações, presença esta afirmada através do seu inegável representante, a Fretilin.

2. O Plano de Paz, instrumento de autonomia e de ofensiva da Fretilin

A Fretilin possui já a seu favor um fundamental instrumento de intervenção: o Plano de Paz.

- o Plano de Paz apresentado nas conversações de 23/3/83 foi idealizado e desenvolvido pela Fretilin dentro do próprio território.
- resulta do acumular de experiências de 8 anos de guerra e luta política.
- constitui a única proposta consequente apresentada até à data para resolução do conflito com garantia dos direitos do povo maubere.
- ao mesmo tempo que define claramente a política indonésia como invasor, contempla os vários aspectos da questão a ter em conta: processos de desenvolvimento com autonomia; garantias de independência política e económica; relacionamento internacional e papel dos mediadores, nomeadamente Portugal.

Ele permite a afirmação não só de uma política autónoma face aos interesses das outras potências sobre o território, como também de uma política ofensiva perante esses mesmos interesses.

O lançamento de uma campanha diplomática visando que ele seja reconhecido como uma plataforma mínima para as conversações por um leque diversificado, política e geograficamente, de países, abre de igual modo caminho para uma acção articulada de solidariedade pelos vários comités a nível internacional.

3. Papel de Portugal: inverter a orientação diplomática

Já vimos no ponto 1. qual tem sido a política de Portugal desde 1975. A primeira questão que se põe, por conseguinte, é a necessidade de uma total inversão diplomática do poder português, a qual se deveria caracterizar desde logo pelos seguintes pontos fundamentais:

- reconhecimento da Fretilin como único interlocutor possível por parte do povo maubere;
- denúncia de quaisquer negociações que excluam este representante;
- reconhecimento do Plano de Paz da Fretilin como instrumento de trabalho a considerar;
- desenvolvimento de acções diplomáticas que, garantindo à partida o direito à autodeterminação e independência, crie condições para a reposição dos direitos humanos, a abertura do território à comunidade internacional.

O anúncio de conversações próximas está na base de alguns destes comportamentos. Essa possibilidade, por si só, levanta logo o problema de representação dos principais interessados - os habitantes de Timor-Leste. A argumentação que tem vindo a ser exposta por estes sectores assenta em que a Fretilin não conta, não significa nada, os que resistem no interior são outra coisa: são a resistência, sectores da população, etc, mas Fretilin nunca! deixando em aberto o caminho para a procura de um interlocutor válido, que sirva tanto para agitar como espantalho quando for necessário pelas forças politicas "responsáveis", como talvez mesmo para comer algumas migalhas da partilha do bolo Timor Leste entre Portugal / Indonésia (tipo autonomia fantoche).

Finalmente, o <u>terceiro nivel</u>. Os factos:

- Atitude geral americana perante o problema, agravado nos últimos tempos por alguma instabilidade politica na área (Filipinas,...) , pelas eleições presidenciais e pela experiência positiva medianeira na Africa Austral.
- Declarações do embaixador dos E.U. em Lisboa deixando antever o "alto patrocínio" americano para o bom entendimento entre os "aliados" portugueses e os "amigos" indonésios (não esqueçamos o beneplácido dado à invasão por este pais).
- Posicionamento da Austrália e do Partido Trabalhista que, oscilando entre o apoio a Timor-Leste pré-eleitoral e o discreto silêncio envergonhado pós-eleitoral, se pronunciou também a favor das conversações.

Resumindo:

Está a ser criado espaço politico a nivel internacional para conversações directas entre Portugal e a Indonésia para a solução do problema de Timor-Leste. Portugal, cuja classe dominante pouco ou nada perdeu (não existem "restos" de riquezas deixadas por empresas ou colonos em fuga) e pouco ou nada espera ganhar (não existem aquelas nem outras riquezas, naturais ou não, a recuperar ou a extrair, e depois Timor-Leste está muito longe. ..) prossegue uma premeditada politica de entrega de Timor-Leste à Indonésia que lhe permita salvar a face a nivel externo, não entrando em choque com os seus parceiros politicos e económicos - --grandes suportes do regime indonesio - e calar as bocas menos exigentes a nivel interno com alguns trocos, tanto mais que a Fretilin não lhe oferece a mínima confiança politica. A Indonésia, retirando a questão dos arcófagos internacionais alivia a pressão externa e ganha margem de manobra interna, quer pelo aumento de coesão do grupo dominante, quer pelas vantagens que posa tirar de um hipotético "regreso cultural" de Portugal a Timor Leste - ela sabe que a assinatura de um acordo com Portugal não lhe resolve no imediato a questão, por isso apontará na criação de uma base social de apoio a soluções que lhe sejam favoráveis, a que este regresso poderá ajudar e onde posições "à Tilman" se enquadram que nem uma luva. Os Estados Unidos patrocionando uma "conciliação", afirmam o seu poder e hegemonia na área - como aliás o estão fazendo na Africa Austral - além de tal poder ser usado na corrida presidencial.

Fica em aberto a articulação da dinâmica das conversações com a dinâmica das AGs das NU, sendo de acreditar que a Indonésia jogará no sentido de dar conhecimento público de tal iniciativa antes daquela se realizar de forma a tirar justificação à sua apresentação e condicionando o posicionamento dos paises hesitantes ou favorá eis à Fretilin.